

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

QUADRO SÍNTESE DE AUDIÊNCIA

ENTIDADE	DEPUTADOS PRESENTES	DATA DA AUDIÊNCIA	CONTATOS
<p>Grupo Estoril Sol</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ António Vieira Coelho (Administrador do Grupo Estoril Sol)</li> <li>➤ Rui Magalhães (Diretor da Estoril Sol Digital)</li> <li>➤ Ana Heeren (Especialista em assuntos legais do Grupo Estoril Sol)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Hortense Martins (Vice-Presidente)</li> <li>➤ Fátima Ramos (PSD)</li> <li>➤ Heitor de Sousa (BE)</li> </ul>	<p>12 de junho de 2019</p> <p><a href="#">Gravada</a></p>	
Exposição de Motivos		Questões colocadas pelos Deputados	
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ O Administrador do Grupo Estoril Sol referiu a existência de dois casinos físicos, em Lisboa e na Póvoa de Varzim, bem como o facto de se defrontarem com o problema do jogo ilegal desde há uns anos. Defendeu que o jogo <i>online</i> deveria ser prerrogativa apenas dos casinos. Ao longo dos últimos 20 anos o exclusivo do jogo dos casinos foi sendo ocupado pelo jogo <i>online</i>. Considerou que o Estado tinha legislado sobre esta realidade, e bem, e o Grupo Estoril Sol tentou ser dos primeiros a obter uma licença para operar jogos de casino <i>online</i> (jogos de fortuna e azar) e conseguiu.</li> <li>➤ Expressou concordância com o regime fiscal para os jogos de casino, que considerou dentro dos parâmetros internacionais, incidindo o imposto sobre 15 a 30% da receita bruta de jogo. No entanto, discordou com a opção do Governo quanto às apostas desportivas, em que o imposto, de 8 a 16%, incide sobre o montante total apostado, tornando-se mais difícil a obtenção de lucro. Em consequência, afirmou, as empresas baixam as probabilidades e</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <b>Deputada Fátima Ramos (PSD)</b> – cumprimentou os representantes do Grupo Estoril Sol, agradeceu a informação trazida e realçou que legislação criada há cinco anos foi um esforço para regular situações que estavam ilegais. Realçou também a importância das questões fiscais e a necessidade de defesa do consumidor, nomeadamente, no caso concreto, das crianças. Referiu ainda a necessidade de maior controlo do jogo ilegal e concluiu, questionando sobre qual o montante que envolviam em Portugal as apostas ilegais.</li> <li>➤ <b>Deputado Heitor de Sousa (BE)</b> – após cumprimentar os representantes do Grupo Estoril Sol, solicitou que as sugestões feitas fossem enviadas em documento escrito, que seria uma boa forma de apoiar o diálogo com o Governo na legislação que referiram. Expressou concordância com o controlo das empresas sediadas em <i>offshore</i> e necessidade de as controlar fiscalmente, o que serviria para integrar na economia formal muitos</li> </ul>	



## Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

<p>entra-se em falta de competitividade com o jogo ilegal, que oferece probabilidades mais rentáveis.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Abordou a questão de o Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos (SRIJ) estar atento à situação do jogo ilegal e mandar fechar os respetivos <i>sites</i>, mas os mesmos abrem a seguir, com outro IP (protocolo de internet). Neste momento, prosseguiu, desconhece-se qual vai ser a solução legislativa que o Governo pretende para esta situação.</li><li>➤ Defendeu outros modos de evitar o jogo ilegal, nomeadamente com intervenção a nível dos cartões bancários; penalização forte dos operadores <i>online</i> ilegais, através dos fornecedores de jogos, alertando-os para não fornecerem jogos a estes operadores. Referiu também o problema da falta de flexibilidade do SRIJ para adaptação aos novos jogos, que começam a encher pavilhões com dezenas de milhares de pessoas a observar equipas a jogar jogos que eram de computador e se tornaram nos <i>e-sports</i>, e que são também geradores de apostas, feitas descontroladamente.</li></ul>	<p>milhares de euros que escapam a esse controlo.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b>Deputada Hortense Martins (PS)</b> – tendo cumprimentado os representantes do Grupo Estoril Sol no início da audiência, realçou o tempo em vigor da atual lei e referiu as propostas enviadas pelo Governo à Comissão Europeia para alteração da regulação do jogo ilegal e criação de um grupo de trabalho transversal para analisar esta questão. Informou que a Assembleia da República apenas se pronunciará sobre essas propostas depois de darem aqui entrada e valorizou muito o facto de se ter legislado um problema que representava uma questão de concorrência desleal e um perigo, principalmente para os menores. Concluiu, defendendo necessidade de acompanhar a aplicação da lei em vigor e reiterando o pedido de apresentação das propostas em documento escrito.</li></ul>
--	---

### Respostas às questões dos Deputados:

- O administrador do Grupo Estoril Sol começou por afirmar que iria enviar as suas propostas em documento escrito.
- Defendeu que, se as grandes empresas fornecedoras de jogos para operadores *online* forem alertadas pelo Governo que estão a fornecer jogos a operadores ilegais, pensarão duas vezes antes de o fazer. Informou também que as empresas ilegais estão sediadas em paraísos fiscais, principalmente Malta e Gibraltar.
- Lembrou que a legislação prevê a revisão do modelo passados 3 anos, que se cumpriram em 2018, e até agora ainda não foi revisto. Expressou receio de que a alteração proposta pelo Governo incida apenas sobre o problema do imposto, que considera ser pouco, ou que seja só sobre apostas desportivas, o que também considerou pouco.
- Fez ainda referência aos menores jogarem *online*, em *e-sports*, e defendeu a necessidade de regulamentar essas situações.
- O Diretor da Estoril Sol Digital reiterou a preocupação com o jogo ilegal e defendeu a alteração do modelo de impostos, para tornar o mercado legal mais



## Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

---

competitivo e, assim, combater o mercado ilegal. Fez referência ao estudo promovido pela *Remote Gambling Association*, que informa que em 2017 68% dos jogadores jogavam ilegalmente, e ao estudo de 2018 da Universidade Nova, segundo o qual a percentagem de jogadores no mercado ilegal é de 75%.

- Informou ainda que o mercado ilegal valia 67% do montante apostado em 2018, valendo o mercado legal 152 milhões de euros e o ilegal e 144 milhões de euros, num total de cerca de 300 milhões de euros. Defendeu que o Estado não estava a proteger devidamente os cidadãos nem as empresas que estão no mercado legal e não está a arrecadar as receitas que deveria arrecadar porque metade do mercado não paga impostos.
- Defendeu também que enquanto o mercado legal não tiver acesso a todos os tipos de jogos, não se consegue combater o mercado ilegal, porque se os apostadores não os encontrarem no mercado legal recorrem ao ilegal. Informou que em 2018 foram detetados 308 *sites* ilegais, foram notificados 250 e apenas 12 seguiram para o Ministério Público para serem, eventualmente, apresentadas queixas-crime.
- Concluiu, reiterando o alerta para os eventos de e-sports que são patrocinados por operadores ilegais.

Deputada Hortense Martins  
Vice-Presidente da Comissão